

Novamente, o descaso com os estoques reguladores

Luiz Carlos Pereira de Carvalho (*)

O ano de 1983 foi um período excepcionalmente ruim para a economia brasileira. Uma taxa de inflação avassaladoramente alta (211%, recorde do século!) associada a uma recessão extremamente acentuada, que permitiu uma queda do Produto Interno Bruto em cerca de 4 a 6%, provocando um violento mecanismo de empobrecimento da população (uma queda do produto "per capita" da ordem de 6 a 8%).

Um dos elementos de destaque da pressão inflacionária foi o comportamento dos preços dos alimentos, que, após passarem no mercado de atacado por uma alta extrema de 26,5% em outubro de 1983, permitindo, nessa época, que o acumulado em doze meses chegasse à preocupante marca de 336,6%, acabaram fechando o ano com uma variação acumulada de 299,5%, passando dessa forma a explicar cerca de 50% das variações tanto do Índice de Preços por Atacado quanto do Índice de Preços ao Consumidor.

Certamente uma série de fatores influiu no comportamento dos preços dos alimentos, destacando-se entre eles algumas ocorrências climáticas atípicas, como as enchentes no Sul do País que destruíram as lavouras de uma boa parte da principal região produtora, gerando assim uma perda muito grande na capacidade de abastecimento, com refle-

tual importação de produtos agrícolas, a preços menores, se tal medida se evidenciasse como necessária. Na realidade, o País teve de importar tais produtos a preços mais elevados do que os alcançados nas exportações realizadas no semestre anterior, ocorrendo assim, como consequência dessa política inconveniente, um aumento da pressão inflacionária no segundo semestre do ano. Para 1984, preso aos compromissos estipulados com o Fundo Monetário Internacional, o governo pretende alcançar um superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial, considerando para isso a possibilidade de um vigoroso crescimento das exportações de produtos primários. Espera-se um incremento das exportações de tais produtos, calcado fundamentalmente na venda de soja e de seus derivados (e agora talvez também do suco de laranja), da ordem de 16%, pas-

sando sua receita de US\$ 10,9 bilhões em 1983 para US\$ 12,6 bilhões em 1984. Tal expectativa apóia-se novamente em uma política similar à adotada no ano passado, qual seja, o sacrifício da formação de estoques reguladores em prol da maximização da receita de exportação com produtos primários no primeiro semestre e a importação, no segundo semestre, para cobrir a eventual falta desses produtos no mercado interno.

Como se vê, a orientação escolhida traz consigo a possibilidade de se repetir o insucesso anterior, bastando para isso um eventual resultado insatisfatório do comportamento da agricultura, no que se refere aos produtos básicos transacionados no mercado interno. Tal ocorrência pressionará os preços dos mencionados produtos, favorecendo assim uma nova repercussão desfavorável no comportamento da taxa

de inflação do corrente ano.

É conveniente considerar que a expectativa do comportamento da agricultura em 1984 deve ser relativamente cautelosa. Os números apresentados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (levantamento de outubro) mostram, em termos agregados, uma expansão de 1,7% para a área plantada. Tal marca é bastante inferior à taxa anual de crescimento da agricultura brasileira observada no período 1940-80, qual seja, 3,5%. Além disso, é também conveniente lembrar que para alguns produtos básicos de alimentação (casos do arroz e do feijão) houve sensível redução da área plantada. Outro ponto que merece a atenção é o fato de existir a possibilidade de os rendimentos físicos por unidade de área plantada não apresentarem uma performance das mais desejadas, em decor-

rência do menor uso por parte dos agricultores de insumos modernos tais como sementes melhoradas, adubos e defensivos adequados, fatores esses cujos preços se elevaram sensivelmente em 1983, pressionados pelos altos índices de inflação.

Assim sendo, em que pese a extrema necessidade da obtenção de um elevado saldo na balança comercial para facilitar o ajuste da economia brasileira, certamente será desastrosa uma política que penalize os volumes disponíveis de produtos primários a serem utilizados como alimentação ou matérias-primas e, dessa forma, permita novamente uma indesejável pressão dos seus preços sobre os índices inflacionários. Os fatos ocorridos em 1983 estão bem claros na memória de todos. O alto índice de inflação penalizou fortemente a população — principalmente a de baixa renda — e foi sensivel-

mente influenciado pelo comportamento dos preços da alimentação. Perigosamente, a situação parece dar mostras de se repetir. Os primeiros levantamentos de preços realizados na primeira semana de janeiro de 1984 indicaram uma alta de 8,8% em relação a dezembro de 1983 para os produtos básicos de alimentação, no Rio de Janeiro. Há expectativas entre os especialistas de que tal comportamento perdure ainda por algum tempo.

E assim extremamente importante a adoção de uma política cautelosa e que compatibilize o ajuste da economia com os interesses da população e, dessa forma, evite a continuidade da ocorrência de repercussões sociais extremamente negativas.

(*) Professor adjunto do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP e economista do Banespa.

xos imediatos nos preços dos alimentos básicos do consumo doméstico.

Todavia, um outro elemento influenciador da pressão altista dos preços dos gêneros de alimentação foi a política de baixos estoques reguladores, que agravou sobremaneira o problema do abastecimento, extremamente prejudicado pelos desfavoráveis eventos climáticos. Tal política teve como objetivo a maximização da receita de exportação com primários no primeiro semestre, aproveitando os preços favoráveis da época, e deixando para o segundo semestre daquele ano a even-